

Resenha do artigo intitulado “Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre”¹

Review of the article entitled: "Criminal Enforcement and the Transvestite and Transgender Women Population: A Case Study of the Central Prison in Porto Alegre"

ARK: 44123/multi.v8i13.1575

Julia Carolina Salgado Barbosa²

 <https://orcid.org/0009-0002-8546-0470>

 <https://lattes.cnpq.br/6211385367290384>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: juliacsbarbosa@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre”. Este artigo é de autoria de: Bruna Caldieraro de Souza e Guilherme Gomes Ferreira. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Cadernos de Gênero e Diversidade”, no Vol. 02, edição n 1. Brasil, jan.-jul., 2016.

Palavras-chave: Resenha. Presídio. Vulnerabilidade. Travesti. Transsexual.

Abstract

This is a review of the article entitled "Criminal Enforcement and the Transvestite and Transgender Women Population: A Case Study of the Central Prison in Porto Alegre". The article was written by Bruna Caldieraro de Souza and Guilherme Gomes Ferreira. The reviewed article was published in the journal Cadernos de Gênero e Diversidade, Vol. 02, Issue No. 1, Brazil, Jan.–July, 2016.

Keywords: Review. Prison. Vulnerability. Transvestite. Transsexual.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre”. Este artigo é de autoria de: Bruna Caldieraro de Souza e Guilherme Gomes Ferreira. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Cadernos de Gênero e Diversidade”, no Vol. 02, edição n 1. Brasil, jan.-jul., 2016.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada um dos autores. A primeira autora do artigo é Bruna Caldieraro de Souza. Graduanda em Direito pela Faculdade Cenecista de Osório.

O segundo autor é Guilherme Gomes Ferreira. Assistente Social (2012), Mestre (2014) e Doutor (2018) em Serviço Social pela Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutor (2018) em Serviço Social também pela Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Grupo Hospitalar Conceição (2020). Professor da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ativista voluntário na ONG Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade. Líder do JUDIS - Grupo de Estudos em Justiça, Direitos Humanos e Segurança e membro do GEERGE - Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero, vinculados à UFRGS. Membro do Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRGS. Autor dos livros *Diversidade sexual e de gênero e marxismo* (Editora Cortez, 2024), *Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojurídico* (Editora Cortez, 2018) e de outras obras. <http://lattes.cnpq.br/0527376226662721> e <https://orcid.org/0000-0002-4036-1615>

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo; Palavras-chave; *Abstract*; *Keywords*; Introdução; Desenvolvimento. É composto pelos seguintes capítulos: Direitos em transformação e questões trans; Direitos sociais e avanços particulares para as identidades trans; Construção do sujeito trans e seus atravessamentos; Violações aos direitos da população trans; Sistema prisional *sui generis*: a (não) execução penal, a resolução conjunta n. 1 e a execução penal justa às pessoas trans; Resistir no universo invisível e particular: dados sobre as trans do pcpa; Considerações finais; e Referências.

O tema do artigo é: “Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre”. Discutiu e analisou o contexto em que as mulheres travestis e transsexuais estão inseridas dentro do ambiente prisional. O artigo partiu da hipótese de que o grupo minoritário analisado além de sofrer preconceitos, ainda tem seus direitos negados pela sociedade e pelo Estado.

No artigo, o objetivo geral foi “superar preconceitos enraizados na sociedade em relação à população de travestis e mulheres transexuais encarceradas, observando se seus direitos fundamentais são garantidos dentro das prisões”. Os objetivos específicos foram: “observar as condições destas apenadas específicas e as ofensas aos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, apresentando resultados relevantes no estudo de diversidade sexual e de gênero.”.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “buscar entre as atrizes do estudo, possíveis violações cometidas intramuros e seus impactos na singularidade da população trans privada de liberdade. Dentro destas experiências particulares, o presente artigo se posiciona como ferramenta de pensamento de formas diversas para a solução de possíveis conflitos entre a realidade e as leis constantes no ordenamento jurídico brasileiro. Os principais resultados desta pesquisa se descortinam em um universo de 28 pessoas trans encarceradas, e tendo por referência as particularidades que as levaram para a prisão, como marcadores sociais de idade, raça/etnia e classe social e suas relações com o tráfico e o chamado “mundo do crime”. Assim, o artigo além de expor fatos, leva a sociedade e o leitor a questionarem se todos os cidadãos recebem os mesmos tratamentos, principalmente no âmbito prisional”.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa usada no artigo aqui analisado foi “tomar por base duas pesquisas distintas, realizadas no âmbito de um

bacharelado em Direito e de um mestrado em Serviço Social e será feita utilizando informações de uma etapa exploratória, por meio do estudo bibliográfico e documental, e uma etapa empírica, ambas tendo como cenário o Presídio Central de Porto Alegre (PCPA)”.

Por meio do estudo e da análise de um presídio em Porto Alegre que abriga mulheres transexuais e travestis, os autores, de maneira relevante, identificaram que o sistema penal brasileiro ignora e desconsidera a identidade de gênero, tendo como consequência direta a violação dos direitos fundamentais e a prática de abusos com as detentas. Por isso, o objetivo do artigo é evidenciar a existência das desigualdades que essas mulheres presas sofrem diariamente, bem como a necessidade de iniciar uma reforma nas políticas públicas nacionais, assegurando que a instituição presidiária passe a reconhecer a identidade de gênero por meio de um acolhimento humanizado (SOUZA; FERREIRA, 2016).

Ao olhar para as condições de encarceramento dessas mulheres, os autores identificaram que ao ignorarem a existência da identidade de gênero, o sistema prisional está ferindo os direitos humanos, pois as detentas não recebem o suporte adequado por não terem acesso a um atendimento médico especializado que lhes ofereça cuidados mentais e nem acompanhamentos hormonais. Além disso, esses indivíduos ainda precisam enfrentar abusos físicos e psicológicos (GOMES, 2020).

Em comparação com pessoas cisgênero e heterossexuais, os autores expõem, de forma clara, que as mulheres transexuais e travestis são um grupo mais vulnerável e marginalizado, principalmente no contexto prisional. O estudo de caso do Presídio de Porto Alegre mostra a atual carência em políticas públicas mais inclusivas que reforcem a importância de se ter uma prática institucional menos desigual em relação ao gênero, fazendo-se urgente a criação de programas mais inclusivos (SOUZA; FERREIRA, 2016).

Conforme evidenciado no artigo, em 1993, a Classificação Internacional de Doenças, conhecida como CID-10, definiu a transexualidade como um transtorno mental. Posteriormente em 2015, com a atualização para a CID-11, houve uma evolução no processo de despatologização, passando a relacionar a incongruência de gênero no capítulo que trata sobre a saúde sexual. Entretanto, o artigo destaca que apesar desse avanço, uma parte da sociedade ainda entende que a transgeneridade é uma doença (SOLL, 2016).

A Constituição Feral de 1988 (BRASIL, 1988) apresenta alguns princípios que discorrem sobre a igualdade e a dignidade da pessoa humana. De acordo com o estudo feito pelos autores, em seu artigo 5º, a Carta Magna afirma que todos os indivíduos são iguais, sendo vedado qualquer tipo de discriminação. Essa afirmativa é uma proteção constitucional das pessoas trans. Todavia, o artigo ressalta que na realidade o cenário é diferente. A desigualdade ainda persiste em existir e por isso é tão necessário a formulação de normas mais ativas que assegurem uma igualdade material (SOUZA; FERREIRA, 2016).

Seguindo as análises presentes no artigo, segundo a Teoria de Foucault, existe uma correlação entre a definição de uma identidade transgênero, as relações de poder e a função histórica da normatividade de gênero. Atualmente, a ideia de dignidade não está mais atrelada a uma posição social, e com isso a sociedade está aos poucos alcançando um avanço no respeito aos direitos humanos, independente do conceito de gênero (SOUZA; FERREIRA, 2016).

Os autores, de maneira relevante, afirmam também que a população transexual e travesti está constantemente associada a ideias de anormalidade e promiscuidade, fazendo essas pessoas serem consideradas historicamente vulneráveis, por estarem a

margem da sociedade, a partir da precarização da condição e vida (SOUZA; FERREIRA, 2016).

O artigo destaca ainda que não só os ambientes prisionais reproduzem a violência, a exclusão social e os direitos fundamentais, mas outras instituições como hospitais e escolas insistem em perpetuar essas ações. O estudioso Butler afirmou que o conceito de inteligibilidade social está ligado ao favorecimento das pessoas que se identificam com a heterossexualidade e com a cisgeneridade, ignorando a existência de outras expressões sexuais e de gênero (SOUZA; FERREIRA, 2016).

Assim, depreende-se da análise do artigo que a comunidade transexual e travesti é marginalizada e subjugada não só pela sociedade, mas também pelas instituições públicas como as prisões que tendem a desconsiderar sua existência, reforçando ações de violação. Por esse motivo, é primordial a criação de medidas mais eficazes que visem assegurar os direitos fundamentais e uma vida mais digna (CARVALHO *et al.*, 2020).

O Presídio Central de Porto Alegre, conhecido como PCPA, é cenário do estudo de caso do artigo resenhado. Conforme evidenciado no texto, este centro de detenção adota medidas degradantes e vexatórias para a comunidade trans encarcerada, pois permite a institucionalização do crime organizado, além de negligência estatal ao não assegurar o cumprimento dos direitos humanos (SOUZA; FERREIRA, 2016).

Ainda, o artigo demonstra que a situação dos presídios no Brasil teve pouca evolução ao longo dos anos. Por conta dessa situação, mesmo depois de ter sido realizada uma denúncia a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário em 2008, foi necessário levar esse assunto até a Organização dos Estados Americanos (OEA) a fim de pressionar o governo brasileiro a tomar medidas mais eficazes (SOUZA; FERREIRA, 2016).

Diversos são os problemas encontrados nos presídios atualmente, conforme pautado pelos autores. A superlotação, a falta de assistência médica adequada e os ambientes considerados insalubres são alguns exemplos de problemas recorrentes no sistema carcerário que ferem gravemente os direitos fundamentais dos detentos, evidenciando uma clara falência nessa instituição (CARVALHO *et al.*, 2020).

Apesar de ser necessário continuar buscando avanços nos direitos das pessoas trans, conforme está presente no artigo, um momento de destaque na evolução dos direitos das mulheres transexuais e travestis foi a Resolução Conjunta n.º1 publicada em 15 de abril de 2014, que garante direitos como a expressão de gênero, a adoção do nome social e o encaminhamento para prisões femininas (BRASIL, 2014).

De acordo com o artigo, no PCPA, a assimetria entre a legislação e a realidade ainda persiste, reforçando violações por meio da prática de violências física, psicológica e institucional. Um exemplo dessas violações acontece na imposição de cortes de cabelo e na negação a tratamentos hormonais, sendo essas práticas extremamente degradantes (SOUZA; FERREIRA, 2016).

Além do exposto, esse sistema prisional tende a perpetuar práticas que acabam por excluir e deixar o controle social monopolizado, pela existência conhecida de indivíduos que são escolhidos entre os detentos. Com isso, os autores identificaram que ao longo dos anos existiram alguns avanços, contudo é preciso continuar caminhando para instituir uma execução penal mais justa e digna para a comunidade trans (GOMES, 2020).

Pessoas transexuais e travestis enfrentam um desafio diário. É preciso resistir e persistir a todo momento. Seja com a própria família, que não aceita suas escolhas, a sociedade que insiste em marginalizá-las ou o Estado que segue negando e ignorando seus direitos. De acordo com as análises do artigo, essa situação é agravada quando essas

mesmas pessoas passam a estar inseridas em um ambiente prisional que insiste em reproduzir padrões vexatórios e degradantes (SOUZA; FERREIRA, 2016).

Em suma, o artigo "Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: O Caso do Presídio Central de Porto Alegre" faz uma análise crítica sobre a relação entre gênero e o sistema prisional brasileiro, evidenciando a necessidade de se buscar melhorias não só no encarceramento, mas também na criação de uma legislação mais justa e abrangente que garanta direitos fundamentais e promova uma condição mais digna (SOUZA; FERREIRA, 2016).

Referências

- CARVALHO, Salo; WEIGERT, Mariana Assis Brasil; BARBOSA, Larissa Freire; SOARES, Iana Gonçalves. **A manutenção de mulheres trans em presídios masculinos: um caso exemplar de transfobia judiciária**. Ano 6 (2020), nº 5, 1899-1942
- GOMES, Kellyana Ferreira. **Mulheres trans na prisão: os crimes e o encarceramento**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Leão Sampaio (UNILEÃO), Juazeiro do Norte, CE, 2020. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/DIREITO/D622.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. Revista JRG de Estudos Acadêmicos. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. Revista JRG de Estudos Acadêmicos. Ano II, Vol. II, n. 05, ago./dez., 2019. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>. Acesso em: 13 set. 2022.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. Revista JRG de Estudos Acadêmicos. Ano II, Vol. II, n. 5, ago.-dez., 2019. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>. Acesso em: 13 set. 2022.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em direito. Revista Coleta Científica. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- SOUZA, Bruna Caldieraro de; FERREIRA, Guilherme Gomes. **Execução penal e população de travestis e mulheres transexuais: o caso do Presídio Central de Porto Alegre**. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 2, n.1, p.25–44, jan./jul.2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/17629>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- SOLL, Bianca Machado Borba. **Incongruência de gênero: um estudo comparativo entre os critérios diagnósticos CID-10, CID-11 e DSM-5**. 2016. Dissertação (Mestrado em

Psiquiatria) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143066>. Acesso em: 13 abr. 2025.